

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 74

Data: 28/04/92

Pg.: _____

Polícia Federal prende dois invasores da reserva Tembê

Os 460 índios Tembê que ocupam a reserva Alto Rio Guamá, município de Capitão Poço, resolveram tomar uma atitude extrema na tarde de 20 de abril. Há mais de dez anos sofrendo a ameaça de perder parte de sua reserva, eles prenderam dois homens que retiravam madeira da área. Não é a primeira vez que os Tembê detêm peões ou posseiros em suas terras, na tentativa de chamar a atenção das autoridades para a situação em que vivem. "Em 1988, eles só apreenderam toras de madeira e equipamentos", diz o administrador regional da Funai, Frederico de Miranda Oliveira — segundo quem o órgão incentiva os Tembê a se organizarem "desde que através de ações que não ultrapassem os limites da lei" — que visitará a reserva esta semana.

No dia 24, três agentes da Polícia Federal e o engenheiro florestal Ricardo Costa, da Funai, seguiram para o Alto Guamá. As denúncias dos índios foram comprovadas em vistorias feitas nos dias 25 e 26, e os dois homens detidos pelos índios foram presos em flagrante pela PF. Cerca de 40 índios que queriam participar das vistorias passaram o dia 26 acampados em frente à igreja de Capitão Poço, tentando conseguir transporte para acompanhar os agentes. A PF, entretanto, aceitou apenas dois acompanhantes. Os índios não concordaram com a imposição e, como não conseguiram fretar um veículo, ficaram de fora da expedição.

Na vistoria, Ricardo Costa, que retornou a Belém na noite de 26, com os agentes, apreendeu toras de madeira. Amanhã ou depois será entregue à Funai e à Superintendência da PF o relatório da operação, com sugestão de medidas para evitar conflitos.

Problemas

As invasões já se tornaram "um problema crônico" para os Tembê, em decorrência da falta de vigilância, diz Frederico Miranda: a Funai, reconhece ele, não dispõe de recursos humanos e financeiros para a tarefa. Na região do alto Guamá, cinco funcionários, entre professores, auxiliares de enfermagem e o chefe do posto, prestam assistência aos índios sem contar com nenhuma verba.

Para levantar o número de madeireiros e posseiros ali instalados, a Funai necessitaria de pelo menos Cr\$ 10 milhões, além de pessoal e veículos, para um trabalho que levaria semanas. A Diretoria de Patrimônio Indígena da Funai já solicitou recursos à presidência da Funai para iniciar o levantamento e resolver exclusivamente o problema dos Tembê.

Os índios estão movendo uma ação judicial contra os madeireiros e posseiros. Procurada pelos Tembê após a abertura do processo, que tramita há cerca de dois anos, a Funai designou o advogado Carlos Amaury Azevedo, da própria Assessoria Jurídica da Fundação, para defender o

grupo. "Além da ação, acho que os índios devem se organizar dentro da lei", sugere o indigenista. "Eles devem formar uma comissão para ir a Brasília em busca de apoio político e conversar com as autoridades que têm influência e poder de mando".

Sem recursos

A Administração Regional da Funai, segundo Miranda, deve cerca de Cr\$ 89 milhões aos fornecedores que atendem a Administração e a Casa do Índio, em Icoaraci. Para 92, foram solicitados Cr\$ 340 milhões para a manutenção de cinco postos e da Casa do Índio. Nas atuais condições, realizar um levantamento na área dos Tembê é impossível.

Há 15 dias a Administração Regional recebeu Cr\$ 3 milhões, que foram aplicados somente na Casa do Índio, "para onde convergem os índios do Pará, do Maranhão e do Amapá com problemas de saúde". O dinheiro não deu nem para manter provisoriamente a Casa, que consome mensalmente cerca de Cr\$ 15 milhões com alimentos e medicamentos.

"Antes os recursos eram remetidos na segunda quinzena de fevereiro e depois os repasses regularizavam-se. Dava pelo menos para pagar os débitos e, assim, merecer o crédito dos fornecedores. Agora estamos trabalhando junto com outras instituições para obter, por exemplo, medicamentos. É tudo a título de ajuda", disse Frederico Oliveira.

Invasão começou ainda na década de 70

Uma extensa área de terra da reserva dos índios Tembê foi doada a posseiros pela Funai em 1968. A doação provocou a divisão da área, que antes ia da região do Alto Rio Guamá até a margem do Gurupi, na divisa do Pará com o Maranhão. Hoje, os Tembê, que ao lado dos Timbira, Urubu e Guajá formavam a nação Tenetehará, vivem separados geográfica e culturalmente. O grupo menor vive na região do Alto Guamá e o maior na aldeia Canindé, à beira do rio Canindé. Foi com a divisão das terras e a decorrente multiplicação de posseiros que começaram os problemas desse grupo.

Segundo os registros da Funai, a área de 278 mil hectares da reserva indígena foi doada por decreto, no dia 21 de março de 1945, pelo interventor Magalhães Barata aos índios Tembê, Timbira, Urubu e Guajá. O ofício 1.405 de 16, de maio do mesmo ano, informa a Prefeitura de Viseu sobre o decreto, visto que a reserva se localiza nos limites daquele município.

Em novembro de 1970, a Funai determinou a transferência dos índios Urubu, que viviam ao sul da reserva, para a outra margem do rio Gurupi, desocupando a área para, em seguida, expedir uma certidão negativa de aldeamento em favor da Com-

panhia Agropecuária do Pará. Começavam as invasões à reserva. O advogado Carlos Amaury Azevedo declarou, em entrevista publicada em O LIBERAL no dia 21 de outubro de 1990 com o título "Índios Tembê, cultura no fim, podem ter as terras demarcadas", ter sido esse o primeiro erro cometido pela Funai.

O então presidente da Funai, no mês seguinte, propôs ao governo do Estado a liberação da reserva indígena do Alto Guamá "por não mais estarem ali radicados silvícolas". A atitude da Funai, omitindo a presença de índios, atendia aos interesses dos grandes invasores da área. Em dezembro de 71, a presidência da Funai propôs ao superintendente regional do órgão a demarcação da reserva do alto Guamá, obedecendo, porém, a novos limites. A demarcação a norte e a leste, todavia, só viria a ocorrer em 1972.

Demarcação

A invasão gradativa da reserva teve início em agosto de 1975, quando começou a demarcação dos limites a sul e a oeste. No mesmo ano, a Funai firmou acordo com o fazendeiro Mejer Kabacznik, permitindo a construção de uma estrada particular cortando a reserva e ligando a localida-

de de Livramento, a oeste, a sua fazenda, a leste. A estrada desencadeou um "processo de invasão incontrolável e com o apoio de políticos da região", segundo os memoriais da Funai.

Em setembro de 1978, o ofício datado de 22 de julho, assinado pelo presidente da Funai e dirigido ao governo do Pará, comunica a liberação de cerca de 95 mil hectares na parte central da área indígena para o assentamento de famílias invasoras. A "Operação Guamá" foi criada para garantir a ocupação ordenada. Participaram da operação a Funai, o Itperpa, o Incria, a Polícia Federal e a Polícia Militar do Pará. A Funai errou de novo em não contar com a possibilidade das invasões se multiplicarem.

Posseiros

Os trabalhos da "Operação Guamá" foram paralisados pela Funai em 1979 e o fazendeiro Mejer Kabacznik foi proibido de utilizar a estrada. A Funai moveu duas ações na Justiça Federal do Pará contra o fazendeiro: um interdito proibitório (processo 16.272) para evitar a entrada de invasores pela estrada, e uma ação de reintegração de posse (processo 16.271).